

**4. CPE.12.23. DMOSM - “Repavimentação dos quarteirões residenciais da Quinta dos Congregados, S. Victor – 1.ª fase” - Ratificação da aprovação do conteúdo do 1.º e 2.º Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas, incluindo a ratificação da aprovação da adjudicação e aprovação da minuta do contrato.**

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal da empreitada identificada em epígrafe, para ratificação a decisão do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 22 de janeiro de 2024 que aprovou o conteúdo do 1.º Relatório Final, assim como a decisão de 9 de fevereiro de 2024 que aprovou o 2.º Relatório Final, onde se inclui a aprovação da adjudicação da presente empreitada e aprovação da minuta do contrato. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

## PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

**N.º Informação:** 13074

**Data:** 09/02/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
<b>O(a) Vereador(a)</b>	<b>O Presidente, à reunião de Câmara,</b>
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	<b>O(a) Vice-Presidente,</b> à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

<b>O(a) Diretor de Departamento</b>	<b>O(a) Diretor(a) Municipal</b>
-------------------------------------	----------------------------------

<b>O(a) Chefe Unidade</b>	<b>O(a) Chefe Divisão</b>
---------------------------	---------------------------

**Concurso Público: CPE.12.23.DMOSM**

**Contratação: empreitada de “REPAVIMENTAÇÃO DOS QUARTEIRÕES RESIDENCIAIS DA QUINTA DOS CONGREGADOS, S. VICTOR – 1.ª FASE”.**

**ASSUNTO:**

- Ratificação da aprovação do conteúdo do 1.º e 2.º Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas, incluindo a ratificação da aprovação da adjudicação e aprovação da minuta do contrato.

**PROPOSTA:**

Submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 22 de janeiro de 2024 que aprovou o conteúdo do 1.º Relatório Final, assim como a decisão de 9 de fevereiro de 2024 que aprovou o 2.º Relatório Final, onde se inclui a aprovação da adjudicação da presente empreitada e aprovação da minuta do contrato, tudo de acordo com os documentos anexos.

A Técnica da UAC,

---

**Anexos:**

1. Relatório Preliminar.
2. Reclamação da entidade José Moreira Fernandes & Filhos, S.A;
3. 1.º Relatório Final;
4. 2.º Relatório Final com minuta do contrato;
5. Compromisso.



BRAGA

DMOSM/DOM/UAC

RELATÓRIO PRELIMINAR  
CONCURSO PÚBLICO: CPE.12.23.DMOSM

Remeta-se à Sr.<sup>a</sup>  
Diretora.

O Diretor do DOM.

19/10/2023

Remeta-se ao Sr.  
Presidente.

A Diretora da DMOSM,

18/10/2023

Despacho: Tomei conhecimento.

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

23/10/19

## Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas

### I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:

Concurso Público: CPE.12.23.DMOSM

Contratação: empreitada de "REPAVIMENTAÇÃO DOS QUARTEIRÕES RESIDENCIAIS DA QUINTA DOS CONGREGADOS, S. VICTOR – 1.<sup>a</sup> FASE".

Preço base (Pb): €779.252,48 (setecentos e setenta e nove mil, duzentos e cinquenta e dois euros e quarenta e oito centimos) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 120 (cento e vinte) dias.

Abertura das propostas: 21/08/2023

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 18/10/2023, com o objetivo de proceder à análise e ordenação das propostas apresentadas no âmbito do procedimento de formação do contrato público supra identificado e destinado à formação do contrato de empreitada de "REPAVIMENTAÇÃO DOS QUARTEIRÕES RESIDENCIAIS DA QUINTA DOS CONGREGADOS, S. VICTOR – 1.<sup>a</sup> FASE", promovido pela Câmara Municipal de Braga.



Por este meio assegura-se, assim, o cumprimento do disposto no artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

## II – INDICAÇÃO DOS CONCORRENTES:

Identificação do concorrente	Preço
DUQUE & DUQUE – TERRAPLANAGENS, LDA	770.816,22€
DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	761.479,89€
JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.	677.609,72€
ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	730.932,18€
PREDILETHES, CONSTRUÇÕES LDA.	740.789,75€

## III – VERIFICAÇÃO E ANÁLISE (exclusão e admissão) DAS PROPOSTAS:

Os trabalhos do júri iniciaram-se com a análise das propostas, no sentido de determinar se as mesmas se conformavam com as disposições do procedimento e com as normas do *Código dos Contratos Públicos*. Efetuada a análise, o júri considerou que as propostas apresentadas reúnem as condições exigidas, sendo as mesmas admitidas.

## IV– AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:

IV.I. - As propostas dos concorrentes, tais como: **DUQUE & DUQUE – TERRAPLANAGENS, LDA, DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A., JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A., ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.** e **PREDILETHES, CONSTRUÇÕES LDA.**, transitaram para avaliação, sendo estas operacionalizadas através do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Anexo VI (Regulamento de Análise das Propostas), nos termos seguintes:

Fatores	Subfatores	Ponderação	
Preço		70%	100%
Valia técnica da proposta	Metodologia	50%	
	Programa de trabalhos	50%	
		30%	

As propostas foram subsumidas aos diferentes fatores e subfatores daquele critério de adjudicação, nos termos e para os efeitos previstos no *Regulamento de Análise das Propostas*. A apreciação de cada uma das propostas em face de cada um dos fatores e subfatores do critério obedeceu à específica metodologia descrita nos respetivos artigos do regulamento, por aplicação das fórmulas matemáticas e dos descritores também ali consignados.

A ordenação final das propostas resultou da hierarquização das mesmas, obtida em função da pontuação matemática atribuída por cada uma nos diferentes fatores e subfatores e depois de devidamente afetadas, nas respetivas proporções, ao critério de adjudicação mencionado.

#### ***Avaliação das propostas por subsunção ao fator «preço»:***

Conforme se especificou no *Regulamento de Análise das Propostas*, o fator **«preço»** será preenchido por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o *preço base* e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a **€0,01 (um cêntimo)**.

A análise das propostas em face do fator *preço* será operacionalizada pela subsunção das mesmas ao descritor seguinte:

Descritor	Pontuação
Preço	$1,00 - \frac{\text{Preço Proposto} - 0,01 \text{ €}}{\text{Preço Base} - 0,01 \text{ €}}$



O resultado da avaliação da proposta por subsunção ao fator «**preço**» é o seguinte:

Identificação do concorrente	Valor da proposta (€ s/IVA)	Avaliação
DUQUE & DUQUE – TERRAPLANAGENS, LDA	770.816,22€	0,0108
DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	761.479,89€	0,0228
JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.	677.609,72€	0,1304
ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	730.932,18€	0,0620
PREDILETHES, CONSTRUÇÕES LDA.	740.789,75€	0,0494

***Avaliação da proposta por subsunção ao fator «valia técnica»:***

Conforme se especificou no *Regulamento de Análise das Propostas*, o fator valia técnica será preenchido pelos subfatores indicados no artigo 5.º do respetivo regulamento (metodologia e programa de trabalhos), que participarão, nas percentagens também ali indicadas, para a pontuação final das propostas naquele fator.

Para preenchimento do subfator **metodologia**, as propostas serão avaliadas tendo em conta a memória descritiva e justificativa da metodologia de execução dos trabalhos conforme os descritores propostos no artigo 12.º do regulamento e contando a sua adequação às especificidades do projeto de execução.

Para preenchimento do subfator **programa de trabalhos**, as propostas serão avaliadas tendo em conta a sua qualidade e quantidade, relacionando-as com as necessidades efetivas do tipo de obra concursada (plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamentos).

Relativamente ao subfator **metodologia**, deverá ser apresentado, em Memória Descritiva e Justificativa, um quadro informativo onde o concorrente identifique, e assuma integralmente, o local (páginas ou artigo) onde considera que consta a fundamentação/informação que conduza os membros do júri à análise particular do cumprimento dos critérios de análise previstos no descritor;

A análise das propostas em face do fator «**valia técnica**» será operacionalizada pela subsunção das mesmas aos descritores seguinte:

➤ **Avaliação das propostas por subsunção ao subfator «metodologia»:**

A pontuação final do subfator **metodologia** será determinada pelo somatório das pontuações atribuídas em cada critério de análise;

A pontuação dos critérios será determinada apenas por duas possíveis pontuações. Valor 0 (zero) caso não se considere cumprido o respetivo critério em análise, ou o valor constante na coluna <pontuação>, no pressuposto do júri do procedimento considerar cumprido o correspondente critério de análise;

**1.º Subfator – Metodologia**

Subfatores de Avaliação e Ponderação	Pontuação	Descritor – Critérios de análise
<b>1.º Subfator – Metodologia</b>  Para preenchimento do subfator metodologia, as propostas serão avaliadas tendo em conta a memória descritiva e justificativa da metodologia de execução dos trabalhos e contando a sua adequação às especificidades do projeto de execução.	0,15	<b>C1.1</b> Apresenta e descreve a metodologia proposta para execução dos trabalhos, de uma forma coerente, congruente, adaptada às características e objeto da empreitada;
	0,15	<b>C1.2</b> Apresenta e descreve a metodologia proposta para a execução dos trabalhos, organizada segundo uma sequência cronológica lógica compatível com plano de trabalhos e com os objetivos gerais da empreitada;
	0,15	<b>C1.3</b> Apresenta e descreve, de forma clara e adaptada à obra em causa, a metodologia proposta para a execução dos trabalhos ao nível do vinculativo faseamento de obra previsto no caderno de encargos, e ao qual obrigatoriamente se vincula;
	0,15	<b>C1.4</b> Explicita e descreve o modo e os processos construtivos utilizados para a execução dos trabalhos/tarefas previstos no mapa de trabalhos;
	0,10	<b>C1.5</b> Identifica os condicionantes locais e riscos que possam potenciar o desvio no cumprimento do prazo de execução;
	0,10	<b>C1.6</b> Face aos condicionalismos e riscos enunciados no critério anterior, identifica as medidas compensatórias a implementar de forma a corrigir e mitigar o risco de desvio – obrigatório identificar medidas associadas ao risco da quebra de cadeias de fornecimento de materiais e mão de obra e as associadas às condições atmosféricas adversas;
	0,10	<b>C1.7</b> Apresenta um quadro-resumo onde contemple o rendimento diário de cada trabalho/tarefa em relação à unidade de medida considerada em caderno de encargos;
	0,10	<b>C1.8</b> Descreve e enuncia as diferentes frentes de trabalho que se prevê alocar e afetar durante a execução dos trabalhos, enunciando a relação de interdependência e precedência entre as diferentes frentes de trabalho;



- Concorrente – [DUQUE & DUQUE – TERRAPLANAGENS, LDA](#)

**Avaliação da proposta:**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos seguintes critérios de análise (C1.1), (C1.2), (C1.3), (C1.4), (C1.6), (C1.7) e (C1.8), enunciado no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Relativamente ao critério (C1.5) o concorrente, não identifica os condicionantes mais significativos e enquadrados com o local e meio envolvente da área de intervenção nem os riscos que possam potenciar o desvio no cumprimento do prazo de execução. Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os critérios definidos para a atribuição da pontuação – **0,90**.

- Concorrente – [DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.](#)

**Avaliação da proposta:**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento a todos os critérios de análise (C1.1), (C1.2), (C1.3), (C1.4), (C1.5), (C1.6), (C1.7) e (C1.8) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os critérios definidos para a atribuição da pontuação – **1,00**.

- Concorrente – [JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.](#)

**Avaliação da proposta:**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos seguintes critérios de análise (C1.1) e (C1.4), enunciado no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Relativamente ao critério (C1.2) o concorrente não descreve a metodologia da execução dos trabalhos, organizada segundo uma sequência cronológica lógica compatível com o plano de trabalhos.

Em relação ao critério (C1.3) o concorrente não descreve a metodologia da execução dos trabalhos ao nível do vinculativo faseamento de obra previsto no caderno de encargos, e ao qual obrigatoriamente se vincula.

Relativamente ao critério (C1.5) o concorrente, não identifica os condicionantes mais significativos e enquadrados com o local e meio envolvente da área de intervenção nem os riscos que possam potenciar o desvio no cumprimento do prazo de execução.

No seguimento do critério anterior, o concorrente não identifica as medidas compensatórias obrigatórias, associadas ao risco da quebra de cadeias de fornecimento de materiais e mão de obra e condições atmosféricas adversas, neste critério (C1.6), a implementar de forma a corrigir e mitigar o risco de desvio.

Em relação ao critério (C1.7) o concorrente não apresentou um quadro-resumo onde contemple o rendimento diário de cada trabalhador/tarefa em relação à unidade de medida estimada em caderno de encargos.

Por último, relativamente ao critério (C1.8) o concorrente não descreve nem enuncia as diferentes frentes de trabalho que se prevê alocar e afetar durante a execução dos trabalhos, nem as suas relações de interdependência e precedência.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os critérios definidos para a atribuição da pontuação – **0,30**.

- **Concorrente – ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.**

#### **Avaliação da proposta:**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento a todos os critérios de análise (C1.1), (C1.2), (C1.3), (C1.4), (C1.5), (C1.6), (C1.7) e (C1.8) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os critérios definidos para a atribuição da pontuação – **1,00**.

- **Concorrente – PREDILETHES, CONSTRUÇÕES LDA.**

#### **Avaliação da proposta:**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento a todos os critérios de análise (C1.1), (C1.2), (C1.3), (C1.4), (C1.5), (C1.6), (C1.7) e (C1.8) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os critérios definidos para a atribuição da pontuação – **1,00**.



➤ **Avaliação das propostas por subsunção ao subfator «programa de trabalhos»:**

A pontuação final do subfator **programa de trabalhos** será determinada pelo somatório das pontuações atribuídas em cada critério de análise;

A pontuação de cada critério será determinada apenas por duas possíveis pontuações. Valor 0 (zero) caso não se considere cumprido o respectivo critério em análise, ou o valor constante na coluna <pontuação> no pressuposto do júri do procedimento considerar cumprido o correspondente critério de análise;

**2.º Subfator – Programa de trabalhos**

Subfatores de Avaliação e Ponderação	Pontuação	Descritor - Critérios de análise
<b>2.º Subfator- Programa de trabalhos</b>  Programa de trabalhos pormenorizado à semana, resultante da articulação e do encadeamento sequencial das atividades a desenvolver.	0,10	<b>C2.1</b> O plano de trabalhos e o plano de mão-de-obra são totalmente compatíveis entre si.
	0,10	<b>C2.2</b> O plano de trabalhos e o plano de equipamentos são totalmente compatíveis entre si.
	0,10	<b>C2.3</b> O plano mão-de-obra e equipamentos são totalmente compatíveis entre si.
	0,10	<b>C2.4</b> O plano de trabalhos expõe e explicita claramente as atividades que constituem o(s) caminho(s) crítico(s) no desenvolvimento dos trabalhos;
	0,15	<b>C2.5</b> O plano de trabalhos expõe todas as especialidades e respetivas atividades a executar, referenciando-as semanalmente.
	0,15	<b>C2.6</b> O plano de trabalhos demonstra a coerência da calendarização semanal, bem como a efetiva possibilidade do seu cumprimento do prazo de execução proposto
	0,10	<b>C2.7</b> O plano de trabalhos demonstra e apresenta, com coerência, o encadeamento sequencial e as relações de precedência e sucedência e as atividades integrantes do Programa de Trabalhos.
	0,10	<b>C2.8</b> O plano de mão-de-obra expõe todas as equipas e respetivas atividades a executar, referenciando-as semanalmente por homem e tipo de profissão.
	0,10	<b>C2.9</b> O plano de equipamentos expõe todos os tipos de equipamentos e respetivas atividades a executar, referenciando-os semanalmente.



- Concorrente – DUQUE & DUQUE – TERRAPLANAGENS, LDA

**Avaliação da proposta:**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos critérios de análise (C2.1), (C2.2), (C2.3), (C2.4), (C2.5), (C2.6), (C2.7), (C2.8) e (C2.9) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os critérios definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1,0**

- Concorrente – DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.

**Avaliação da proposta:**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos critérios de análise (C2.1), (C2.2), (C2.3), (C2.4), (C2.5), (C2.6), (C2.7), (C2.8) e (C2.9) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os critérios definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1,0**

- Concorrente – JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.

**Avaliação da proposta:**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá cumprimento aos seguintes critérios de análise (C2.4), (C2.5), (C2.6) e (C2.7), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Relativamente aos critérios (C2.1), (C2.2) e (C2.3) o plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamentos não são totalmente compatíveis entre si, uma vez que o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos não estão organizados e planeados segundo o vinculativo faseamento de obra, nem organizados segundo as espécies de trabalho previstas. Este ponto inviabiliza aliás, a possibilidade do júri proceder à verificação da compatibilidade com o plano de trabalhos.

Em relação aos critérios (C2.8) e (C2.9) o concorrente não explicita nos seus planos de mão-de-obra e de equipamentos as respetivas atividades a executar.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os critérios definidos para a atribuição da pontuação máxima – **0,50**;

- Concorrente – ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.

**Avaliação da proposta:**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos critérios de análise (C2.1), (C2.2), (C2.3), (C2.4), (C2.5), (C2.6), (C2.7), (C2.8) e (C2.9) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os critérios definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1,0**

- Concorrente – PREDILETHES, CONSTRUÇÕES LDA.

**Avaliação da proposta:**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos critérios de análise (C2.1), (C2.2), (C2.3), (C2.4), (C2.5), (C2.6), (C2.7), (C2.8) e (C2.9) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os critérios definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1,0**



➤ **Pontuação da proposta nos subfactores Metodologia e Programa de Trabalhos**

Identificação do concorrente	Sub-fator (M) Metodologia	Sub-fator (PT) Programa de Trabalhos
DUQUE & DUQUE – TERRAPLANAGENS, LDA	0,90	1,00
DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	1,00	1,00
JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.	0,30	0,50
ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	1,00	1,00
PREDILETHES, CONSTRUÇÕES LDA.	1,00	1,00

O resultado da avaliação da proposta por subsunção ao fator «valia técnica» é o seguinte:

Identificação do concorrente	Avaliação (0,50xM+0,50xPT)
DUQUE & DUQUE – TERRAPLANAGENS, LDA	0,95
DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	1,00
JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.	0,40
ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	1,00
PREDILETHES, CONSTRUÇÕES LDA.	1,00

**V – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS POR SUBSUNÇÃO AO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO:**

A pontuação final de cada proposta, tal como resulta do artigo 14.º do Regulamento de Análise das Propostas, por consideração das percentagens com que são afetados cada um dos fatores e subfatores que concorrem para o critério de adjudicação, foi apurada por aplicação da fórmula seguinte:



$$C = 0,70 \cdot P + 0,30 \cdot (0,50 \cdot M + 0,50 \cdot PT)$$

Em que:

«C» representa a “**pontuação final de cada proposta**”;

«P» representa a “**pontuação do preço**”;

«M» representa a “**pontuação no subfator metodologia**”

«PT» representa a “**pontuação no subfator programa de trabalhos**”;

Assim, por aplicação do critério de adjudicação e no respeito da metodologia consignada no Regulamento de Análise das Propostas, resulta a seguinte pontuação das propostas:

Identificação do concorrente	Proposta economicamente mais vantajosa		Pontuação final - C
	Preço - P	Valia técnica	
DUQUE & DUQUE – TERRAPLANAGENS, LDA	0,0108	0,95	0,29
DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	0,0228	1,00	0,32
JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.	0,1304	0,40	0,21
ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	0,0620	1,00	0,34
PREDILETHES, CONSTRUÇÕES LDA.	0,0494	1,00	0,33

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Análise das Propostas, definido no Anexo VI do Programa de Procedimento, **em caso de empate**, entre duas ou mais propostas, **serão as mesmas classificadas em função da pontuação que cada uma delas obteve no fator do critério com maior ponderação, neste caso, o fator preço.**

**VI - RECOMENDAÇÃO AO ÓRGÃO DECISOR:**

Nestes termos, propõe-se:

A ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:

Posição	Identificação do concorrente	Pontuação final	Preço - P	Prazo de execução (dias)
1º	ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	0,34	€730.932,18	120
2º	PREDILETHES, CONSTRUÇÕES LDA.	0,33	€740.789,75	120
3º	DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	0,32	€761.479,89	120
4º	DUQUE & DUQUE – TERRAPLANAGENS, LDA.	0,29	€770.816,22	120
5º	JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.	0,21	€677.609,72	120

O Júri do Procedimento

**Exmos. Senhores**

**Membros do Júri do concurso público destinado à  
celebração de contrato de empreitada designado  
“REPAVIMENTAÇÃO DOS QUARTEIRÕES  
RESIDENCIAIS DA QUINTA DOS  
CONGREGADOS, S. VICTOR – 1.ª FASE”**

**Assunto:** Apresentação de Audiência Prévia – Relatório Preliminar de Análise e  
Avaliação das Propostas

**JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.**, sociedade comercial  
anónima, com sede na Avenida João XXI, n.º 1965, 4770-754 Vermoim, Vila Nova  
de Famalicão com o número de identificação de pessoa coletiva (NIPC) 502 046 376,  
concorrente no âmbito do presente procedimento, tendo sido notificada do Relatório  
Preliminar elaborado pelo Exmo. Júri,

Vem apresentar audiência prévia, nos termos do disposto no artigo 123.º do CCP, e  
com os seguintes fundamentos:

1. Depois de devidamente analisado o relatório preliminar, bem como as  
propostas apresentadas neste procedimento, entende a Concorrente “José  
Moreira Fernandes & Filhos, S.A”. (doravante, apenas designada de JMF), que,



salvo o devido o respeito, o Exmo. Júri comete erro de facto e de direito na análise, avaliação e ordenação das seguintes propostas:

- a) Proposta da Concorrente JMF, por desconsiderar o cumprimento integral dos critérios de adjudicação;
- b) Proposta da “Alexandre Barbosa Borges, S.A.” (doravante ABB), por desconsiderar que enferma de irregularidade, tendo em conta que os planos de mão de obra e de equipamentos preveem elementos fracionados, e não apresenta alvará;
- c) Proposta da “Predilethes, Construções Lda” (doravante Predilethes), por desconsiderar que enferma de irregularidade, tendo em conta que não apresenta certidão permanente e alvará;
- d) Proposta da “Duque & Duque – Terraplanagens, Lda”, por desconsiderar que enferma de irregularidade, uma vez que não apresenta o seu plano de trabalhos conforme exigido no programa de procedimento, nomeadamente quanto ao faseamento dos trabalhos, e que tal proposta não está instruída com a certidão permanente e alvará da empresa.

## **I. DO ERRO NA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DA CONCORRENTE JMF**

- 2. No relatório preliminar, e em sede de avaliação de propostas por subsunção ao fator “valia técnica”, considerou o Ex.mo Júri que:
  - a) Em relação à avaliação da proposta da JMF por subsunção ao subfactor “metodologia”, ser de atribuir a pontuação de 0,30.
  - b) Em relação à avaliação da proposta da JMF por subsunção ao subfactor “programa de trabalhos”, ser de atribuir a pontuação de 0,50.

3. Considera, porém, a Concorrente JMF que a avaliação técnica da sua proposta enferma de erro relativamente ao preenchimento dos critérios de análise, designadamente pelos motivos que a seguir se expõem.

**a) Erro na avaliação da proposta da JMF por subsunção ao subfactor “metodologia”**

4. No que concerne ao critério C1.2, a proposta da Concorrente JMF identifica os objetivos para a concretização da empreitada no ponto 4.1 da Memória Descritiva (MD), encontrando-se devidamente apresentado e descrito no ponto 4.2 o modo de execução dos trabalhos, remetendo-se e descrevendo a sequência cronológica para o respetivo Programa de Trabalhos (PT); de igual forma, o modo como a Concorrente JMF se propõe a desenvolver o rendimento de trabalho por atividade, obtém-se por remissão para o PT.
5. A respeito do critério C1.3., na sua proposta, a Concorrente JMF descreve no ponto 4.3 da MD, remetendo para os planos de mão de obra e equipamento os respetivos escalonamentos e indicação de frentes, quais os meios afetos a cada frente e constituição das equipas, bem como equipamentos e mão de obra afetar a cada um das atividades a desenvolver; de igual forma, o ponto 4.5 da MD descreve de forma clara a forma como se prevê decorrer o faseamento da empreitada, designadamente a divisão em zona de meia faixa de rodagem com trânsito alternado, sendo a tarefa de fresagem a primeira a executar
6. Quanto ao critério C1.5, surge identificado na sua proposta os caminhos críticos como sendo fator diferenciador no cumprimento do prazo da empreitada, procedendo à sua identificação a vermelho no diagrama de Gantt. Do mesmo modo que, descreve no ponto 4.3 o modo de execução da obra, remetendo para os planos de equipamento e mão de obra os meios afetar à obra.

7. Acresce que, ainda a respeito do critério C.1.5, a Concorrente JMF identifica no ponto 4.3 da MD diversos condicionalismos que podem quebrar os rendimentos, designadamente condições do local de execução, tais como trabalhos de demolições e desvios de tráfego, condições climatéricas que em tempo chuvoso obrigam ao abrandamento, podendo mesmo suspender a aplicação de misturas betuminosas.
8. Relativamente ao critério C.1.6, é possível aferir da proposta da Concorrente JMF que, no ponto 4.3 da MD indica-se a larga experiência da empresa em execução deste tipo de empreitadas que permite estabelecer comparações entre os rendimentos propostos em fase de concurso e os rendimentos obtidos em fase de execução; além disso, e como medidas compensatórias de forma a corrigir o risco de desvios, está indicado no mesmo ponto da MD, que os rendimentos das atividades apresentados em PT são valores médios atendendo ao período do ano em que se desenvolvem, sendo consideradas folgas para fazer face a eventuais desvios.
9. No que respeita aos critérios C1.7 e C1.8, facto é que a Memória Descritiva apresentada com a proposta da JMF, no ponto 4.3, descreve a organização das equipas e das frentes de trabalho, remetendo para o plano de mão de obra e equipamentos, como também descreve o rendimento de trabalho por atividade.
10. A par do anteriormente referido, cumpre notar que a proposta da JMF é perentória ao mencionar que não é permitido avançar com frentes de trabalho

---

De acordo com a memória descritiva e justificativa do faseamento construtivo (documento "2023\_06\_07\_Faseamento\_Quarteiroes\_Braga\_Parque\_signed"), o faseamento construtivo tem carácter vinculativo e não admite alternativa em sede de apresentação de propostas. Contudo, no referido documento prevê-se a seguinte possibilidade em fase de obra:

"A entidade executante poderá, em fase de obra, apresentar proposta alternativa de planeamento e faseamento dos trabalhos. No entanto, a mesma só poderá ser implementada mediante autorização prévia do município e sempre enquadrada nos restantes pressupostos".

em



simultâneo sem que estejam terminadas as fases sequenciais mencionadas, em total conformidade com o projeto e os esclarecimentos apresentados em sede de erros e omissões.

**b) Erro na avaliação da proposta da JMF por subsunção ao subsunção ao subfactor “programa de trabalhos”:**

11. No que concerne à avaliação dos critérios C2.1; C2.2; C2.3, o Exmo. Júri entende que o plano de trabalhos, plano de mão de obra e o plano de equipamentos juntos com a proposta da Concorrente JMF não são compatíveis entre si, mas a verdade é que tais planos apresentam-se de acordo com o faseamento obtido no plano de trabalhos, ou seja, nas semanas / meses em que se verifica o desenvolvimento de alguma especialidade em específico é planeado o reforço com equipas afectas a essa mesa especialidade.
12. Deste modo, e a título meramente exemplificativo, nas semanas em que está prevista a fresagem é considerado o equipamento afecto a esse trabalho, no entanto não é feito reforço de equipas ou mais equipamentos verificando-se que os mesmo já se encontram em obra para o desenvolvimento de outras tarefas.
13. O mesmo acontece com os trabalhos de pavimentações, sejam calcetamentos, betão ou betuminosos. É coincidente o reforço de equipamentos afetos aos trabalhos de betuminoso, nomeadamente espalhadora, cilindro de rolos e pneus, com o reforço de manobreadores para esses equipamentos.

Trabalhadores	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Oficiais	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Calçeteiros				4					4					4
Especializados - mecânicos / eléctricos														
Serventes/Aprendizes	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Condutores / Manobreadores	4	4	7	7	4	4	4	7	4	4	4	7	7	7

  

PLANO DE EQUIPAMENTO														
Equipamento Unidades	Mês 1					Mês 2					Mês 3			
	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	Semana 6	Semana 7	Semana 8	Semana 9	Semana 10	Semana 11	Semana 12	Semana 13	Semana 14
Rectro -escavadora	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Escavadoras giratória	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Mini pã-carregadora	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Camiões	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Carrinhas de 3.5 ton	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Betoneira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Gerador	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Fresadora	1					1				1				
Esparilhadores de betuminoso														
Cilindros de terras		1	1	1			1	1			1	1		1
Cilindro de rolos				1				1						1
Cilindro de pneus				1				1						1
Cilindro apedão	1					1				1				
Placas vibratórias e saltões	2					2				2				
Compressor	1					1				1				
Camião 6 eixos	1				1				1					
Camião sistema			1			1	1			1		1		

14. Já no que respeita ao C2.8 e C2.9, não pode a Concorrente JMF concordar com o referido no relatório em causa quanto à falta de explicitação das atividades a executar nos planos de mão-de-obra e de equipamentos, porquanto tal informação decorre de forma clara através da enunciação do tipo de categoria e de equipamento:

#### PLANO DE MÃO DE OBRA

Meios Humanos - Unidades		
	Semana 1	Sei
Engenheiro Civil	1	
Técnico de Segurança	1	
Encarregado	1	
Oficiais	6	
Calceteiros		
Especializados - mecânicas / electricas		
Serventes/Aprendizes	6	
Condutores / Manobradores	4	

#### PLANO DE EQUIPAMENTO

Equipamento Unidades		
	Semana 1	Sei
Rectro -escavadora	1	
Escavadoras giratória	2	
Mini pá-carregadora	1	
Camiões	2	
Carrinhas de 3,5 ton	1	
Betoneira	1	
Gerador	2	
Fresadora	1	
Espalhadoras de betuminoso		
Cilindros de terras		
Cilindro de rolos		
Cilindro de pneus		
Cilindro apeado	1	
Placas vibratórias e saltitões	2	
Compressor	1	
Camião Grua	1	
Camião cisterna		

**ASSIM,**

15. Por tudo o quanto acima se expôs, e salvo o devido respeito, considera a Concorrente JMF que o Ex.mo Júri não efetuou uma correta subsunção dos



elementos da sua proposta aos critérios de análise, o que redundou numa avaliação enervada de vício de erro de facto e de direito.

16. Pelo que deverá ser efetuada nova reavaliação da proposta apresentada pela JMF, tendo em conta os parâmetros de análise acima inculcados.

## II. DO ERRO NA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DA CONCORRENTE ABB

17. Efetuada análise ao plano de mão-de-obra e ao plano de equipamentos apresentados pela Concorrente ABB, constata-se que a mesma enuncia os elementos relativos a categorias profissionais e equipamentos de forma fracionada.

18. Tal situação não se mostra consentânea com a realidade, na medida em que não é possível uma tarefa ser executado por 0,12 unidade de mão-de-obra ou equipamento, conforme apresentado na referida proposta:

Unidade de sinalização vertical	U.d.O.						09/11/23	09/11/23	U.d.O.
Pintura do pavimento, conforme projeto, com tinta de cor branca termoc		1 dia					13/11/23	13/11/23	
Fase 1 (Av. Antero de Quental)		1 dia					13/11/23	13/11/23	
Linha contínua com 0,10m de largura		1 dia	95,00 ml	146,30 ml	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.	13/11/23	13/11/23	
Encargado de Sinalização Horizontal	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Serventes de Sinalização Horizontal	0,37						13/11/23	13/11/23	0,37
Linha de passadeiras (área pintável)		1 dia	32,50 m2	50,05 m2	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.	13/11/23	13/11/23	
Encargado de Sinalização Horizontal	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Serventes de Sinalização Horizontal	0,37						13/11/23	13/11/23	0,37
Linha de paragem		1 dia	2,19 m2	3,37 m2	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.	13/11/23	13/11/23	
Encargado de Sinalização Horizontal	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Serventes de Sinalização Horizontal	0,37						13/11/23	13/11/23	0,37
Marcação xadrez (área pintável)		1 dia	17,50 m2	26,95 m2	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.	13/11/23	13/11/23	
Encargado de Sinalização Horizontal	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Serventes de Sinalização Horizontal	0,37						13/11/23	13/11/23	0,37
Zebração (área pintável)		1 dia	5,09 m2	7,70 m2	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.	13/11/23	13/11/23	
Encargado de Sinalização Horizontal	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Serventes de Sinalização Horizontal	0,37						13/11/23	13/11/23	0,37
Sólas simples		1 dia	4,00 UN	6,16 UN	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.	13/11/23	13/11/23	
Encargado de Sinalização Horizontal	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Serventes de Sinalização Horizontal	0,37						13/11/23	13/11/23	0,37
Figura mobilidade reduzida		1 dia	1,00 UN	1,54 UN	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.	13/11/23	13/11/23	
Encargado de Sinalização Horizontal	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Serventes de Sinalização Horizontal	0,37						13/11/23	13/11/23	0,37
Figura bicicleta		1 dia	1,00 UN	1,54 UN	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.	13/11/23	13/11/23	
Encargado de Sinalização Horizontal	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Serventes de Sinalização Horizontal	0,37						13/11/23	13/11/23	0,37
Fornecimento e aplicação de pavimento colorido - do tipo no asfalto	0,41	1 dia					13/11/23	13/11/23	0,41

Pintura do pavimento, conforme projeto, com tinta de cor branca termic	1 dia						13/11/23	13/11/23	
Fase 1 (Av. Aníero de Quental)	1 dia						13/11/23	13/11/23	
Linha contínua com 0,10m de largura	1 dia	95,00 ml	148,30 ml	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.		13/11/23	13/11/23	
Conjunto de ferramentas e equipamentos ligeiros	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Máquina de pintura de linhas	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Linha de passadeira (área pintável)	0,12	1 dia	32,50 m2	50,05 m2	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.	13/11/23	13/11/23	0,12
Conjunto de ferramentas e equipamentos ligeiros	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Máquina de pintura de linhas	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Linha de paragem	0,12	1 dia	2,19 m2	3,37 m2	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.	13/11/23	13/11/23	0,12
Conjunto de ferramentas e equipamentos ligeiros	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Máquina de pintura de linhas	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Marcação xadrez (área pintável)	0,12	1 dia	17,50 m2	26,95 m2	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.	13/11/23	13/11/23	0,12
Conjunto de ferramentas e equipamentos ligeiros	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Máquina de pintura de linhas	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Zebrado (área pintável)	0,12	1 dia	5,00 m2	7,70 m2	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.	13/11/23	13/11/23	0,12
Conjunto de ferramentas e equipamentos ligeiros	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Máquina de pintura de linhas	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Selas simples	0,12	1 dia	4,00 UN	6,16 UN	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.	13/11/23	13/11/23	0,12
Conjunto de ferramentas e equipamentos ligeiros	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Máquina de pintura de linhas	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Figura mobilidade reduzida	0,12	1 dia	1,00 UN	1,54 UN	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.	13/11/23	13/11/23	0,12
Conjunto de ferramentas e equipamentos ligeiros	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Máquina de pintura de linhas	0,12						13/11/23	13/11/23	0,12
Figura bicicleta	0,16	1 dia	1,00 UN	1,54 UN	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.	13/11/23	13/11/23	0,16
Conjunto de ferramentas e equipamentos ligeiros	0,16						13/11/23	13/11/23	0,16
Máquina de pintura de linhas	0,16						13/11/23	13/11/23	0,16
Forneimento e aplicação de pavimento colorido, do tipo ou equivalente	1 dia						11/11/23	11/11/23	
Forne 1 (Av. António de Gusmão)	1 dia	7,00 m2	10,78 m2	FRENTE 1	Eq. Sin. Hor.		11/11/23	11/11/23	

19. Acresce ainda que a Concorrente ABB não apresenta o alvará juntamente com a sua proposta.

20. Face ao exposto, conclui-se pela existência de uma causa de exclusão da proposta, por não apresentar algum dos atributos que se compaginam a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência.

21. Pelo que, nos termos do disposto na al. o) do n.º 2 do art. 146.º, conjugado com a al. a) do n.º 2 do art. 70.º, ambos do CCP, deverá dar-se por excluída a proposta da Concorrente ABB.

### III. DO ERRO DE ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA PREDILETHES

22. Após análise da proposta apresentada pela Concorrente Predilethes, verifica-se que esta não vem acompanhada de certidão permanente e alvará da empresa.

23. Face ao exposto, conclui-se pela existência de uma causa de exclusão da proposta, por não apresentar documentos exigidos nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 57.º e no n.º 1 do artigo 57.º-A.

24. Pelo que, nos termos do disposto na al. d) do n.º 2 do art. 146.º do CCP, deverá dar-se por excluída a proposta da Concorrente Predilethes.

#### **IV. DO ERRO DE ANÁLISE DA PROPOSTA DA DUQUE & DUQUE**

25. Após análise da proposta apresentada pela Concorrente Duque & Duque, verifica-se que mesma não apresenta o seu plano de trabalhos conforme exigido no programa de procedimento nomeadamente do faseamento, onde é dito que as fases de trabalho não se devem sobrepor, este tem varias fases em sobreposição.

26. A título meramente exemplificativo, vejam-se as seguintes situações:

Fase 1 – início 11-10-2023 conclusão 12-10-2023

Fase 2- início 12-10-2023 conclusão 13-10-2023

Fase 4 - início 17-10-2023 conclusão 18-10-2023

Fase 5 - início 17-10-2023 conclusão 18-10-2023

27. As situações anteriormente referenciadas são meros exemplos de tarefas com sobreposição, existindo muitas mais...

28. Além disso, verifica-se que o plano de trabalhos apresentados pela Concorrente Duque & Duque não apresenta rendimentos, como também não está elaborado ao MÊS e Semana.

29. Por último, verifica-se que a proposta Concorrente Duque & Duque também não vem instruída da certidão permanente e do Alvará da empresa.



30. Entende-se, assim, pelos fundamentos anteriormente aduzidos, que a proposta da Concorrente Duque & Duque está inquinada de causa de exclusão nos termos do disposto na al. o) do n.º 2 do art. 146.º, conjugado com a al. a) do n.º 2 do art. 70.º, ambos do CCP.
31. Motivo pelo qual deverá a proposta apresentada pela Concorrente Duque & Duque considerar-se excluída, para os devidos efeitos legais.

**ASSIM,**

32. Por tudo o quanto acima se expôs, entende a Concorrente JMF que o relatório preliminar enferma de erro de análise em sede de avaliação das propostas, o que influi diretamente na ordenação das propostas para fins de adjudicação, padecendo, por isso, de ilegalidade.
33. Motivo pelo qual se justifica a realização de nova avaliação das propostas, devendo o Exmo. Júri ter em devida consideração o acima expendido, realizando nova ordenação das propostas.

**NESTES TERMOS,**

**Deve a presente audiência ser integralmente admitida, e, em consequência, ser a proposta da Reclamante graduada em 1.º lugar.**

**E.D.**

**A Representante Legal,**

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se à Sr.<sup>a</sup>  
Diretora.



O Diretor do DOM,

19/01/2024

Remeta-se ao Sr.  
Presidente.



A Diretora da DMOSM,

19/01/2024

Despacho:



O Presidente,



(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

24/01/22

Órgão competente para a decisão de contratar do Município de Braga: **Câmara Municipal de Braga**

## Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas

### I - IDENTIFICAÇÃO E INTRODUÇÃO:

Concurso Público: CPE.12.23.DMOSM

Contratação: empreitada de "REPAVIMENTAÇÃO DOS QUARTEIRÕES RESIDENCIAIS DA QUINTA DOS CONGREGADOS, S. VICTOR – 1.<sup>a</sup> FASE".

Preço base (Pb): €779.252,48 (setecentos e setenta e nove mil, duzentos e cinquenta e dois euros e quarenta e oito centimos) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 120 (cento e vinte) dias.

Reunião efetuada em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º 12077/2023, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 139, de 19 de julho de 2023, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar.

## II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA:

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, tendo como resultado o seguinte:

O concorrente **JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A**, apresentou a reclamação que se anexa, com os fundamentos aí expostos, que em síntese a seguir se transcreve:

*“1. Depois de devidamente analisado o relatório preliminar, bem como as propostas apresentadas neste procedimento, entende a Concorrente “José Moreira Fernandes & Filhos, S.A”. (doravante, apenas designada de JMF), que, salvo o devido o respeito, o Exmo. Júri comete erro de facto e de direito na análise, avaliação e ordenação das seguintes propostas:*

- a) Proposta da Concorrente JMF, por desconsiderar o cumprimento integral dos critérios de adjudicação;*
- b) Proposta da “Alexandre Barbosa Borges, S.A.” (doravante ABB), por desconsiderar que enferma de irregularidade, tendo em conta que os planos de mão de obra e de equipamentos preveem elementos fracionados, e não apresenta alvará;*
- c) Proposta da “Predilethes, Construções Lda” (doravante Predilethes), por desconsiderar que enferma de irregularidade, tendo em conta que não apresenta certidão permanente e alvará;*
- d) Proposta da “Duque & Duque – Terraplanagens, Lda”, por desconsiderar que enferma de irregularidade, uma vez que não apresenta o seu plano de trabalhos conforme exigido no programa de procedimento, nomeadamente quanto ao faseamento dos trabalhos, e que tal proposta não está instruída com a certidão permanente e alvará da empresa.”*



### III – DELIBERAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO:

#### III.I. Análise e resposta à reclamação apresentada:

##### I. Do erro na análise e avaliação da propostas do concorrente JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A:

##### a) Erro na avaliação da proposta por subsunção ao subfator “metodologia”

##### **Ponto 4 – Resposta**

O ponto 4.1 e 4.2 da Memória Descritiva não dão resposta aos termos descritor C1.2, como tal mantêm-se a avaliação constante do relatório preliminar;

##### **Ponto 5 – Resposta**

O ponto 4.3 e 4.5 da Memória Descritiva não dão resposta aos termos descritor C1.3. Relativamente ao facto de alegadamente o ponto 4.3 da memória descritiva remeter para a os planos a resposta ao descritor, informa-se que o ponto 2 do artigo 11.º do Programa de Concurso refere que a avaliação do subfator metodologia será avaliada tendo em conta o constante da memória descritiva da metodologia de execução dos trabalhos, sendo aos plano avaliados, exclusivamente, em sede de avaliação do 2.º subfator (programa de trabalhos). Nestes termos mantêm-se a avaliação constante do relatório preliminar.

##### **Ponto 6 e 7 – Resposta**

O caminho crítico não representa per si um risco externo ao cumprimento do prazo nem muito menos é considerado um condicionalismo local. O ponto 4.3. da memória descritiva não enuncia os condicionalismos locais visto que a necessidade de executar trabalhos de demolição e desvios de tráfego não são entendíveis como tal. Assim a proposta apenas referencia as condições atmosféricas como fator de risco de cumprimento de prazo, fator esse insuficiente face ao teor do descritor C1.5. Nestes termos mantêm-se a avaliação constante do relatório preliminar.

##### **Ponto 8 – Resposta**

O ponto 4.3 da Memória Descritiva não dá resposta aos termos descritor C1.6, como tal mantêm-se a avaliação constante do relatório preliminar;

##### **Ponto 9 e 10 – Resposta**

O ponto 4.3 da Memória Descritiva não dá resposta aos termos descritor C1.7 e C1.8. Relativamente ao facto de alegadamente o ponto 4.3 da memória descritiva remeter

para a os planos a resposta ao descritor, informa-se que o ponto 2 do artigo 11.º do Programa de Concurso refere que a avaliação do subfator metodologia será avaliada tendo em conta o constante da memória descritiva da metodologia de execução dos trabalhos, sendo aos plano avaliados, exclusivamente, em sede de avaliação do 2.º subfator (programa de trabalhos). Nestes termos mantêm-se a avaliação constante do relatório preliminar.

**b) Erro na avaliação da proposta por subsunção ao subfator “programa de trabalhos”**

**Ponto 11, 12 e 13 – Resposta**

Relativamente aos critérios C2.1, C2.2.e C2.3, o júri mantém, por unanimidade, inalterada os termos do avaliação constante do Relatório Preliminar, realçando novamente, entre outras omissões e incongruências, que a informação constante dos plano de equipamentos e mão de obra não permite a verificação da compatibilidade com o plano de trabalhos, visto que estes plano não se encontram subdivididos por espécies de trabalho tal como representado ao nível do plano de trabalhos, nível de representação essa aliás exigida.

**Ponto 14, 15 e 16 – Resposta**

Relativamente aos critérios C2.8, C2.9, o júri mantém, por unanimidade, inalterada os termos da avaliação constante no Relatório Preliminar, realçando novamente, entre outras omissões e incongruências, que a informação constante nos planos de equipamentos e mão de obra não expõe as “respetivas atividades”, ou seja, não se encontram subdivididos por espécies de trabalho, não possibilitando a sua análise segundo esse critério, nível de representação essa, aliás, exigida.

**II. Do erro na análise e avaliação da propostas do concorrente ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A:**

**Ponto 17 e 18 – Resposta**

O fracionamento descrito é interpretado como uma percentagem de afetação a uma determinada tarefa e resulta do escalonamento lógico de todas tarefas, como tal, o este fator não se compagina com a necessidade de alteração da avaliação das propostas.



**Ponto 19, 20 e 21 – Resposta**

A apresentação do alvará é exigida, sem prejuízo de ser incluído na proposta, e deverá ser entregue na fase de habilitação prevista no artigo 81.º do CCP. Tratando-se esta de uma fase posterior à da apresentação da proposta, não poderá esta ser excluída pelo facto alegado. Realça-se ainda que o artigo 12.º do Programa de Concurso, que identifica os documentos que constituem as propostas, não evidencia a obrigatoriedade de apresentação desse documento.

**III. Do erro na análise e avaliação da proposta do concorrente PREDILETHES, CONSTRUÇÕES, LDA:**

**Ponto 22, 23 e 24 – Resposta**

A apresentação do alvará e certidão permanente é exigida, sem prejuízo de ser incluído na proposta, e deverá ser entregue na fase de habilitação prevista no artigo 81.º do CCP. Tratando-se esta de uma fase posterior à da apresentação da proposta, não poderá esta ser excluída pelo facto alegado. Realça-se ainda que o artigo 12.º do Programa de Concurso, que identifica os documentos que constituem as propostas, não evidencia a obrigatoriedade de apresentação desses documentos.

**IV. Do erro na análise e avaliação da propostas do concorrente DUQUE & DUQUE – TERRAPLANAGENS, LDA:**

**Ponto 25, 26 e 27 – Resposta**

Ao nível do Plano de Trabalhos, verifica-se de facto, em diversas tarefas, um incumprimento do faseamento vinculativo patenteado no Caderno de Encargos, contrariando-o ostensivamente através da sobreposição temporal da execução de tarefas entre diferentes fases. Assim, verifica-se um incumprimento do Caderno de Encargos, ou seja, foi apresentado um plano de trabalhos em desconformidade com o previsto na alínea g) do artigo 12.º do Programa de Concurso, onde consta expressamente “o **Programa de trabalhos (plano de trabalhos; plano de mão de obra e plano de equipamentos)**, elaborado nos termos do disposto no artigo 361.º do Código dos Contratos Públicos, compreendendo o desenvolvimento dos trabalhos, mão-de-obra e equipamentos, **organizado e planeado segundo o faseamento de obra imposto ao nível do caderno de encargos (sob pena de exclusão) ....**”, constituindo portanto, um motivo de exclusão da proposta, conforme previsto no referido no artigo 12.º do Programa do Concurso e em conformidade com o disposto na alínea o) do n.º 2 do art.º 146.º, conjugado com a alínea b) do n.º 2 do art.º 70.º, ambos do Código dos Contratos Públicos.



### Ponto 28 – Resposta

A apresentação do rendimento das tarefas ao nível do Plano de Trabalhos não se reveste de caráter obrigatório tanto ao nível do Programa de Procedimento como do código de Contratos Públicos. Da reanálise efetuada pelos membros de júri considera-se que os Planos de Trabalhos estão representados por mês e semana.

### Ponto 29 – Resposta

A apresentação da certidão permanente, sem prejuízo de ser incluído na proposta, deverá ser apresentada na fase de habilitação prevista no artigo 81.º do CCP. Tratando-se esta de uma fase posterior à da apresentação da proposta, não poderá esta ser excluída pelo facto alegado. Realça-se ainda que o artigo 12.º do Programa de Concurso, que identifica os documentos que constituem as propostas, não evidencia a obrigatoriedade de apresentação desse documento.

## III.II. CONCLUSÃO

O júri ponderou acolher parcialmente as observações do concorrente JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A, e após reanálise das propostas, deliberou propor a exclusão do concorrente **DUQUE & DUQUE – TERRAPLANAGENS, LDA**, pelos motivos supramencionados, cuja fundamentação se enquadra no disposto na alínea o) do n.º 2 do artigo 146.º conjugado com a alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º ambos do Código dos Contratos Públicos.

## IV – REORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Face ao que foi referido anteriormente, o Júri deliberou por unanimidade alterar o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, reordenando as propostas, nos seguintes termos:

Posição	Identificação do concorrente	Pontuação final	Preço - P	Prazo de execução (dias)
1º	ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	0,34	€730.932,18	120
2º	PREDILETHES, CONSTRUÇÕES LDA.	0,33	€740.789,75	120
3º	DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	0,32	€761.479,89	120
4º	JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.	0,21	€677.609,72	120

#### V – NOVA AUDIÊNCIA PRÉVIA

Tendo-se procedido à reordenação dos concorrentes e se o novo ordenamento das propostas aqui formulado merecer a aprovação superior, o júri, em conformidade com o disposto no artigo 148.º, n.º 2, do CCP procederá, seguidamente, à notificação dos concorrentes, para que se pronunciem por escrito sobre o presente relatório, no prazo de cinco dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

Braga, 18 de janeiro de 2024,

O Júri do Procedimento



BRAGA

DMOSM/DOM/UAC

2.º RELATÓRIO FINAL  
CONCURSO PÚBLICO: CPE.12.23.DMOSM

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se à Sr.<sup>a</sup>  
Diretora.

*Concudo*

O Diretor do DOM,

08/02/2024

Remeta-se ao Sr.  
Presidente.

*Concudo*

A Diretora da DMOSM,

2024/02/08

Despacho:

*Apresentado  
ratificação de termos  
municipal.*

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

24/2/09

Órgão competente para a decisão de contratar: Câmara Municipal de Braga

## 2.º Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas

### I - IDENTIFICAÇÃO E INTRODUÇÃO:

Concurso Público: CPE.12.23.DMOSM

Contratação: empreitada de "REPAVIMENTAÇÃO DOS QUARTEIRÕES RESIDENCIAIS DA QUINTA DOS CONGREGADOS, S. VICTOR – 1.ª FASE".

Preço base (Pb): €779.252,48 (setecentos e setenta e nove mil, duzentos e cinquenta e dois euros e quarenta e oito cêntimos) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 120 (cento e vinte) dias.



Reunião efetuada pelo júri do procedimento, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, destinada à elaboração do 2.º relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º 12077/2023, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 139, de 19 de julho de 2023, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de 2.ª audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do 1.º relatório final.

## **II – RESULTADO DA 2.ª AUDIÊNCIA PRÉVIA:**

Em cumprimento do disposto no artigo 148.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, foram notificados todos os concorrentes, para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos, sobre o 1.º relatório final, disponibilizado na plataforma eletrónica, tendo resultado no seguinte:

Os concorrentes não apresentaram qualquer reclamação.

## **III – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

Em face ao que antecede, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no 1.º relatório final de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas, nos termos seguintes:

Posição	Identificação do concorrente	Pontuação final	Preço - P	Prazo de execução (dias)
1º	ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	0,34	€730.932,18	120
2º	PREDILETHES, CONSTRUÇÕES LDA.	0,33	€740.789,75	120
3º	DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	0,32	€761.479,89	120
4º	JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.	0,21	€677.609,72	120

#### IV – ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:

I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto do concorrente **ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.** ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€730.932,18**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de 120 dias.

##### I.1 – Compromisso

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do compromisso n.º 109033 de 07/02/2024.

##### I.2 – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, conforme o definido no artigo 25.º do Programa do Concurso. O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

##### I.3 – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 24.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

##### I.4 – Contrato Escrito

- **Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

#### II – Notificação da Adjudicação

Em face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para prestar caução;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

Braga, 7 de fevereiro de 2024,

O Júri do Procedimento



**MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.12.23.DMOSM****“REPAVIMENTAÇÃO DOS QUARTEIRÕES RESIDENCIAIS DA  
QUINTA DOS CONGREGADOS, S.VICTOR – 1.ª FASE”.**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

**Segunda: ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA.**, com sede no lugar de Martim de Além, freguesia de Martim, concelho de Barcelos, 4755-307 Martim, pessoa coletiva n.º 500553408, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o mesmo número, com o capital social de € 7.000.000,00 (sete milhões de euros), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme ....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

**Considerando que:**

- a) Por decisão do presidente da Câmara de 14 de julho de 2023, ratificada por deliberação da Câmara Municipal de 24 de julho de 2023, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.12.23.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor;
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07030301, de acordo com a informação de cabimento n.º 81102, de 13/07/2023, atualizada em 07/02/2024 e a informação de compromisso n.º 109033, de 07/02/2024.
- c) No seguimento do 2.º *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, tendo, em simultâneo, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido Código;

- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;\_\_\_\_\_
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.\_\_\_\_\_

**Artigo 1.º**  
**(Objeto do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **“REPAVIMENTAÇÃO DOS QUARTEIRÕES RESIDENCIAIS DA QUINTA DOS CONGREGADOS, S. VICTOR – 1.ª FASE”**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso.\_\_\_\_\_

**Artigo 2.º**  
**(Local da obra)**

\_\_\_\_\_Os trabalhos de empreitada serão executados na **freguesia de S. Victor**, na cidade de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a).\_\_\_\_\_

**Artigo 3.º**  
**(Preço contratual)**

\_\_\_\_\_O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€ 730.932,18 (setecentos e trinta mil, novecentos e trinta e dois euros e dezoito cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.\_\_\_\_\_

**Artigo 4.º**  
**(Condições de pagamento)**

\_\_\_\_\_1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas.\_\_\_\_\_

**Artigo 5.º**  
**(Revisão de preços)**

\_\_\_\_1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F17 – pavimentação de estradas**.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais.\_\_\_\_\_

**Artigo 6.º**  
**(Prazos de execução da empreitada)**

\_\_\_\_O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **120 dias** de calendário contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

**Artigo 7.º**  
**(Cessão da posição contratual)**

\_\_\_\_1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade.\_\_\_\_\_



\_\_\_\_4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 8.º**

##### **(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)**

\_\_\_\_1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 9.º**

##### **(Subcontratação)**

\_\_\_\_1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 10.º**

##### **(Caução)**

\_\_\_\_1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante ....., arquivada no respetivo processo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 11.º**

##### **(Liberação da caução)**

\_\_\_\_A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 12.º**

##### **(Gestor do contrato)**

\_\_\_\_1. O dono da obra designa **António Manuel Araújo Peixoto**, como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato.\_\_\_\_\_

### **Artigo 13.º** **(Comunicações e notificações)**

\_\_\_\_1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@abborges.pt**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.\_\_\_\_\_

### **Artigo 14.º** **(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

\_\_\_\_1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer



situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.\_\_\_\_\_

**Artigo 15.º**  
**(Invalidade parcial)**

\_\_\_\_\_Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.\_\_\_\_\_

**Artigo 16.º**  
**(Foro competente)**

\_\_\_\_\_Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.\_\_\_\_\_

**Artigo 17.º**  
**(Legislação aplicável)**

\_\_\_\_\_Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros.\_\_\_\_\_

**Artigo 18.º**  
**(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

\_\_\_\_\_1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro.\_\_\_\_\_

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

\_\_\_\_2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos.\_\_\_\_\_

**Artigo 19.º**  
**(Vigência)**

\_\_\_\_O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura.\_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(.....)